

Banco comunitário de sementes: a experiência de São Tomé, Alagoa Nova

<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=352>

O Banco Comunitário de Sementes de São Tomé, no município de Alagoa Nova (PB), é resultado do trabalho e da necessidade da comunidade liderada por José Oliveira Luna, o Zé Pequeno. Desde garoto, ele aprendeu a importância de guardar sementes, uma vez que seu pai tinha silos que abasteciam a família e os vizinhos. Em 1974, quando se mudou para São Tomé, Zé Pequeno, em parceria com a Igreja, fundou o Banco Comunitário de Sementes. A partir de 1975, a comunidade já podia se auto-abastecer, o que acontece até hoje. O banco, que chegou a atender 150 famílias, conta em 2003 com 51, porque muitos agricultores entenderam que era melhor armazenar as sementes dentro da própria casa, deixando o banco para as famílias mais necessitadas. Para participar do banco, o agricultor que pega a semente emprestada pela primeira vez leva 10 kg e, após a colheita, devolve 15 kg. O sócio vai aumentando aos poucos a quan-

tidade de sementes até chegar à sua meta de plantio. Quando passa a depositar suas sementes no banco, pode negociar as variedades que deseja plantar. Uma comissão independente da associação comunitária é responsável pela gestão do banco, o que é considerado elemento-chave para seu sucesso. Outro ponto a ser destacado é a enorme diversidade de espécies que caracteriza os cultivos na comunidade. Em 2003, Zé Pequeno cedeu uma parte de seu terreno para a implementação de um campo de multiplicação de sementes. Foram plantados 6 kg de milho pontinha, 6 kg de fava de orelha-de-vó, 3 kg de fava cara larga, 20 kg de feijão carioca e 15 kg de feijão preto pajeú. O banco hoje possui diversos silos fabricados por seus sócios, com tamanhos diferentes para guardarem de maneira mais eficiente cada variedade. A comunidade hoje reconhece a importância do banco para a garantia da quantidade, qualidade, diversidade e disponibilidade das sementes.

Programa Nacional de Agrobiodiversidade é aprovado no Plano Plurianual

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aprovou a incorporação do programa *Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade* no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do governo federal. Ele estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, orientando também a alocação dos recursos orçamentários da União.

Esse novo programa, também conhecido como Programa Nacional de Agrobiodiversidade, está ancorado no Ministério do Meio Ambiente, mas envolve ações de três outros ministérios. O Grupo de Trabalho de Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Biodiversidade/ANA) atuou intensivamente na proposição, concepção e defesa da proposta junto a diferentes organismos do governo federal. Para a ANA, o objetivo principal do programa é fortalecer as iniciativas da sociedade civil e

do Estado na área de conservação e uso social da agrobiodiversidade. Além disso, visa estimular a criação de novas experiências, bem como promover a articulação entre elas por meio da formação de redes de intercâmbio que busquem favorecer o aprendizado mútuo entre as organizações e grupos e construir crescentes capacidades de articulação para influenciar as políticas públicas e os marcos legais que incidem sobre o tema.

Como a proposta ainda terá que ser debatida e referendada pelo Congresso Nacional, cabe às organizações da sociedade civil monitorarem a evolução das discussões sobre o programa para que ele não venha a ser descaracterizado, reduzido ou mesmo eliminado do PPA.

Para se manter atualizado sobre as evoluções na implementação do programa acesse a a página da ANA.